



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
UNIDADE DE CADASTRO - UCAD/DELEMIG/DREX/SR/PF/PA

Decisão nº 148130689/2026-UCAD/DELEMIG/DREX/SR/PF/PA

**Processo:** 08360.005883/2026-12

**Interessado:** NELDER ALEXANDER CAMPOS AMOROCHO

**Auto de Infração:** nº 1326\_00211\_2026

**Assunto:** Processo Administrativo de Apuração de Infração – Lei nº 13.445/2017

## I – RELATÓRIO

Trata-se de Processo Administrativo instaurado em desfavor de **NELDER ALEXANDER CAMPOS AMOROCHO**, em razão da lavratura do Auto de Infração nº **1326\_00211\_2026**, pela prática da infração prevista no **art. 109, inciso II, da Lei nº 13.445/2017**, c/c o **art. 307, inciso II, do Decreto nº 9.199/2017**.

A autoridade autuante fixou a multa no valor de **R\$ 340,00 (trezentos e quarenta reais)**, observados os critérios previstos no art. 108 da Lei nº 13.445/2017, inclusive a condição econômica do infrator.

Regularmente notificado e após a observância das providências e dos prazos previstos no art. 309 do Decreto nº 9.199/2017, o autuado **não apresentou defesa escrita no prazo legal**, incidindo, portanto, o disposto no § 5º do referido artigo.

É o relatório.

## II – FUNDAMENTAÇÃO

Da análise dos autos, verifica-se a regularidade do procedimento administrativo, não tendo sido identificadas causas de prescrição, circunstâncias agravantes ou vícios processuais capazes de comprometer a validade do Auto de Infração ou dos atos subsequentes.

A materialidade da infração encontra-se devidamente registrada no Auto de Infração nº **1326\_00211\_2026**, não tendo sido apresentados elementos aptos a afastar a responsabilidade administrativa do autuado.

Considerando, ainda, a ausência de defesa tempestiva e a regular observância do procedimento previsto no art. 309 do Decreto nº 9.199/2017, permanecem hígidos os fundamentos que ensejaram a autuação e a aplicação da penalidade.

## III – DECISÃO

Diante do exposto, **RATIFICO** o Auto de Infração nº **1326\_00211\_2026** e a penalidade nele aplicada, mantendo a **multa no valor de R\$ 340,00 (trezentos e quarenta reais)**, em razão da infração prevista no art. 109, inciso **II**, da Lei nº 13.445/2017, c/c o art. 307, inciso **II**, do Decreto nº 9.199/2017.

Constatou-se, até o presente momento, a **ausência de pagamento da respectiva Guia de Recolhimento da União – GRU**.

Encaminhe-se cópia da presente decisão ao autuado, para fins de ciência e notificação, observando-se os prazos e procedimentos previstos no art. 309 do Decreto nº 9.199/2017, inclusive quanto à interposição de

recurso e, após o encerramento da instância administrativa, ao pagamento da multa, se mantida a penalidade.

**Publique-se. Notifique-se. Cumpra-se.**

Belém/PA, na data da assinatura eletrônica.

**BEATRIZ CALUFF CANTO**

Agente de Polícia Federal

Matrícula nº 25.037

DELEMIG/DREX/SR/PF/PA



Documento assinado eletronicamente por **BEATRIZ CALUFF CANTO**, Agente de Polícia Federal, em 12/09/2026, às 00:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=148130689&crc=73589087](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=148130689&crc=73589087).

Código verificador: **148130689** e Código CRC: **73589087**.

Referência: Processo nº 08360.005883/2026-12

SEI nº 148130689